

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui um montante de R\$854.033 mil de intangível decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs S.A. ocorrida em 30 de junho de 2022. A Companhia registrou em 2023 o montante total de R\$52.031 mil referente a amortização do intangível, o qual inclui a parcela de R\$19.016 mil correspondente a amortização que deveria ter sido reconhecida em 2022. Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na Controladora e no Consolidado está registrado a maior no montante de R\$19.016 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Capital circulante negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$46.071 no Consolidado. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.2, nº 17 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado, ativo intangível e ágio decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs e suas controladas. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 6 de abril de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

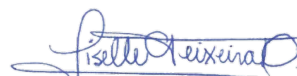
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	31.382	629	108.381	84.537	Fornecedores	19	3.306	163	16.352	11.647
Contas a receber	9	-	-	35.606	32.541	Debêntures	20	25.386	34.292	116.972	116.504
Estoque	10	-	-	637	637	Partes relacionadas	22	-	-	20.909	16.329
Tributos a recuperar	11	578	432	5.570	3.052	Tributos e obrigações trabalhistas	21	16	-	8.809	5.872
Despesas antecipadas	12	-	-	3.591	415	Provisão garantia física e penal lastro energia	23	-	-	38.635	41.890
Partes relacionadas	22	15.854	13.444	-	-	Arrendamento		-	-	300	288
Outras contas a receber	13	-	7	2.121	2.323	Total passivo circulante		28.708	34.455	201.977	192.530
Total do ativo circulante		47.814	14.512	155.906	123.505	Não circulante					
Não circulante						Debêntures	20	354.351	435.715	912.797	1.066.127
Realizável a longo prazo						Provisão para riscos	24	-	-	9.595	8.639
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	-	9.990	Arrendamento		-	-	-	863
Tributos a recuperar	11	-	-	1.166	6.436	Outras contas a pagar		-	-	946	532
Depósitos judiciais		-	-	249	173	Total do passivo não circulante		354.351	435.715	923.338	1.076.161
Despesas antecipadas	12	-	-	2.018	2.295	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ativos financeiros	15	-	-	20.044	19.147	Capital social subscrito	25	984.794	1.060.000	984.794	1.060.000
Outras contas a receber	13	-	-	9.983	8.930	Capital social a integralizar		(642.230)	(695.400)	(642.230)	(695.400)
		-	-	33.460	46.971	Prejuízos acumulados		(66.225)	(16.285)	(66.225)	(16.285)
Investimentos	16	611.584	803.973	-	-	Total atribuído aos acionistas da controladora		276.339	348.315	276.339	348.315
Ativo de direito de uso		-	-	237	719	Participação não controladores		-	-	68.754	47.508
Imobilizado	17	-	-	658.956	670.478	Total patrimônio líquido		276.339	348.315	345.093	395.823
Intangível	18	-	-	621.849	822.841	Total passivo e Patrimônio líquido		659.398	818.485	1.470.408	1.664.514
Total do ativo não circulante		611.584	803.973	1.314.502	1.541.009						
Total do ativo		659.398	818.485	1.470.408	1.664.514						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	26	-	-	326.479	154.825
Custo do serviço de energia elétrica	27	-	-	(110.182)	(67.085)
Lucro bruto		-	-	216.297	87.740
Despesas gerais e administrativas	28	(52.660)	(889)	(65.451)	(6.409)
Resultado com participações societárias	16	68.462	21.362	-	-
Lucro operacional		15.802	20.473	150.846	81.331
Receitas financeiras	29	1.023	1.903	14.499	7.875
Despesas financeiras	29	(66.765)	(38.662)	(168.996)	(92.521)
Resultado financeiro		(65.742)	(36.758)	(154.497)	(84.647)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(49.940)	(16.285)	(3.651)	(3.315)
Imposto de renda e contribuição social	30	-	-	(13.105)	(6.266)
Prejuízo do exercício		(49.940)	(16.285)	(16.756)	(9.581)
Lucro (prejuízo) atribuível a					
Proprietários da companhia				(49.940)	(16.285)
Participação de não controladores				33.184	6.704
				(16.756)	(9.581)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(49.940)	(16.285)	(16.756)	(9.581)
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente	(49.940)	(16.285)	(16.756)	(9.581)
Proprietários da companhia			(49.940)	(16.285)
Participação de não controladores			33.184	6.704
			(16.756)	(9.581)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Nota						
Em 01 de janeiro de 2022		-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo do exercício)		-	-	(16.285)	(16.285)	6.704	(9.581)
Aumento de capital		1.060.000	(695.400)	-	364.600	-	364.600
Aquisição de controlada		-	-	-	-	44.731	44.731
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(3.927)	(3.927)
Em 31 de dezembro de 2022		1.060.000	(695.400)	(16.285)	348.315	47.508	395.823
Lucro (prejuízo do exercício)		-	-	(49.940)	(49.940)	33.184	(16.756)
Cisão parcial	1.1	(75.206)	-	-	(75.206)	-	(75.206)
Integralização de capital	25	-	53.170	-	53.170	-	53.170
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(11.938)	(11.938)
Em 31 de dezembro de 2023		984.794	(642.230)	(66.225)	276.339	68.754	345.093

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(49.940)	(16.285)	(3.651)	(3.315)	
Ajustes de receitas e despesas					
Depreciação e amortização	17 e 18	52.031	-	89.876	20.960
Resultado com participações societárias	16	(68.462)	(21.362)	-	-
Amortização de ativo de direito de uso		-	-	357	216
Atualização ativo financeiro		-	-	(897)	(80)
Provisão para riscos		-	-	22	(1.069)
Juros, variações monetárias - debêntures	20	66.750	38.148	169.726	91.428
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	-	26	-
Provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia		-	-	(3.255)	382
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber	9	-	-	(3.065)	(2.386)
Tributos a recuperar	11	(146)	(433)	2.752	(1.754)
Partes relacionadas		-	-	8.060	2.014
Outras contas a receber		7	(5)	(851)	(166)
Despesas antecipadas	12	-	-	(2.899)	2.282
Depósitos judiciais		-	-	(76)	(1)
Fornecedores	19	3.143	163	4.705	2.616
Outras contas a pagar		496	-	186	(789)
Provisão para riscos		-	-	934	-
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	21	16	-	(140)	311
Caixa gerado pelas operações		3.895	226	261.810	110.649
Juros pagos de debêntures	20	(72.919)	-	(171.065)	(50.738)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(10.028)	(6.266)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(69.024)	226	80.717	53.645
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Caixa e equivalentes de caixa oriundos de aquisição de controladas		-	-	-	67.857
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	17 e 18	-	-	(8.508)	(712.772)
Partes relacionadas - recebimento de dividendos		54.713	-	-	-
Redução de capital de controladas	16	4.760	-	-	-
Ajuste aquisição preço de aquisição	16	(4.356)	-	(4.162)	-
Aquisição de participação em controladas		-	(796.056)	-	(85.686)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		55.117	(796.056)	(12.670)	(730.601)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de debêntures	20	96.300	440.000	96.300	440.000
Custo de captação debêntures	20	-	(8.142)	-	(8.142)
Pagamento de debêntures	20	(83.810)	-	(151.234)	(33.269)
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	9.990	(568)
Partes relacionadas - pagamento de dividendos	22	-	-	(15.418)	(1.093)
Integralização de capital	25	53.170	-	53.170	-
Cisão parcial	16	-	-	(15.259)	-
Pagamento de arrendamento mercantil		-	-	(752)	(35)
Aumento de capital		-	364.600	-	364.600
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		65.660	796.458	(23.203)	761.493
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		51.753	629	44.844	84.537
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		629	-	84.537	-
Efeito da cisão parcial sobre de caixa	1.1	(21.000)	-	(21.000)	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		31.382	629	108.381	84.537

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, foi constituída em 7 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista, pode, por deliberação do Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

Em 30 de junho de 2022 a Companhia, juntamente com outra investida do Pátria (Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.) concluiu a operação de compra da totalidade das ações da companhia Essentia PCHs S.A.

Os detalhes desta aquisição estão descritos na nota explicativa nº 1(a), a seguir, e nota explicativa nº 16.

(a) Aquisição da companhia Essentia PCHs S.A. e suas controladas

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu a operação de compra de 84% das ações da Essentia PCHs S.A. e suas controladas, assumindo assim o controle.

A aquisição vai de encontro ao objetivo da Companhia de deter participações em projetos de energia renovável gerando negócios de qualidade e sendo reconhecida no mercado pela excelência e conhecimento.

A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Empresa	31/12/2023	31/12/2022	Tipo de geração
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	Hidrelétrica

A seguir demonstramos a composição do preço de aquisição:

Preço de aquisição	Total	Parcela da Controladora (84%)
Parcela liquidada à vista na data de fechamento da transação	947.686	796.056
Saldo a pagar (i)	8.359	7.022
	<u>956.045</u>	<u>803.078</u>

- (i) Saldo relativo a ajustes no preço de aquisição. A variação entre o capital de giro líquido e a dívida líquida usada como base da transação e o valor atualizado na data base do fechamento da operação foi de R\$ 1.872, pago pela Companhia em julho de 2022. O valor restante de R\$ 6.487 é relativo a saldo condicionado ao recebimento de valores de impostos a recuperar na data da transação. Do saldo a pagar de R\$ 6.487, foram realizados, durante o exercício de 2023, o montante de R\$ 6.903, gerando um ajuste proporcional do preço de aquisição para a Companhia no montante de R\$ 4.356

Alocação do preço de compra

Em conformidade com o CPC 15 – Combinação de Negócios, segue abaixo demonstração da alocação das mais valias dos ativos adquiridos e passivos assumidos, respectivamente, assim como a determinação do valor do ágio (*goodwill*).

	Valor contábil	Ajuste do valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo circulante	111.199		111.199
Realizável a longo prazo	40.155		40.155
Ativos de direito de uso	935		935
Imobilizado	682.686		682.686
Intangível	118.821	854.033	972.854
Ativo não circulante	842.597		842.597
Total do ativo	<u>953.796</u>	<u>854.033</u>	<u>1.807.829</u>
Passivo circulante	147.480		147.480
Passivos não circulante	675.897		675.897
Total do passivo	<u>823.377</u>		<u>823.377</u>
Participação de não controladores	28.409		28.409
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			<u>956.045</u>
Valor justo da contraprestação			956.045
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			<u>-</u>

Técnicas para a mensuração do valor justo

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Intangível de contrato de autorização	Contrato de Distribuição: avaliação por abordagem da Renda utilizando o método MPEEM (<i>Multi Period Excess Earnings Method</i>), com a vida útil contratual referente à autorização de cada SPE.

Resultado da combinação de negócios

Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R\$ 154.825 de receita líquida e R\$ 22.310 de lucro líquido gerado a partir de 1º de julho de 2022, data em que assumiu o controle. Se a aquisição da Essentia e suas controladas tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da Companhia para este exercício seriam aumentados em R\$ 147.107 e R\$ 31.161, respectivamente.

Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionadas à aquisição no valor de R\$ 793 referentes a honorários e custos de *due dilligence*.

As demonstrações financeiras do exercício Consolidado abrangem a Controladora e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

1.1 Principais movimentações do exercício de 2023

(a) Emissão de Debêntures

A Companhia realizou em 09 de maio de 2023 a sua 2ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 01 de julho de 2023, montante total de R\$ 96.361. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 20.

(b) Reorganização Societária - Cisão Parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2023 os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade, o protocolo de cisão parcial ("Cisão") de ativos da Companhia, seguido de incorporação dessa parcela cindida pela Infraestrutura Brasil Holding XXII S.A., sociedade ligada a Companhia. A referida cisão foi efetuada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, na data base de 15 de maio de 2023 e baseados no valor patrimonial contábil da Companhia.

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido foi reduzido em R\$ 75.206, na exata proporção do acervo líquido cindido, sendo a referida redução integralmente destinada à conta de capital social, com o cancelamento de 75.206.136 ações ordinárias em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado. Essa cisão faz parte de uma otimização da estrutura societária do Grupo e com objetivo de amortizar o nível de endividamento do grupo econômico das sociedades. Essa cisão permitirá a liquidação de instrumentos de dívida previamente emitidos perante terceiros, bem como beneficiará as sociedades, uma vez que proporcionará reestruturação do seu patrimônio e a segregação e otimização das atividades econômicas.

O acervo líquido cindido na data da efetivação da cisão em 15 de maio de 2023 está composto abaixo:

Ativo	15.05.2023	Passivo e patrimônio líquido	15.05.2023
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21.000	Debêntures privadas	96.361
	21.000		96.361
Não circulante		Patrimônio líquido	
Investimentos	150.567	Capital social	75.206
	150.567		75.206
Total do Ativo	171.567	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	171.567

1.2 Situação financeira

O capital circulante líquido positivo apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$19.106 na Controladora (R\$19.943 negativo em 31 de dezembro de 2022) e de R\$46.071 no Consolidado (R\$69.025 em 31 de dezembro de 2022) e decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo circulante	47.814	14.512	155.906	123.505
Total do passivo circulante	28.708	34.455	201.977	192.530
Capital circulante líquido	19.106	(19.943)	(46.071)	(69.025)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, aportes de capital pelos acionistas e novas captações.

O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1 Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

2.5 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Controlada direta

Essentia PCHs S.A.

A Essentia PCHs S.A. com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Controladas indiretas

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa no 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa no 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes G")

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluentes G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

2.6 Transações com participações de não controladores

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Monitoramento das políticas de câmbio do Banco Central do Brasil
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário (“DI”) e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

		Controladora					
		31/12/2023					
Operação	Indaxador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	31.382	3.133	2.350	3.916	1.566	4.699
Debêntures – Juros	CDI	(384.252)	(38.361)	(28.771)	(47.951)	(19.181)	(57.542)

		Consolidado					
		31/12/2023					
Operação	Indaxador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	108.381	10.820	8.115	13.525	5.410	16.230
Debêntures – Juros	IPCA	(105.524)	(4.073)	(3.055)	(5.092)	(2.037)	(6.110)
Debêntures – Juros	CDI	(947.271)	(94.569)	(70.927)	(118.212)	(47.285)	(141.854)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na controladora de R\$ 31.382 (R\$ 629 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado de R\$ 108.381 (R\$ 84.537 em 31 de dezembro de 2022) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Nota	Vencimentos			Controladora	
		Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	19	3.306	-	-	-	3.306
Debêntures	20	53.969	400.804	-	-	454.773
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	19	163	-	-	-	163
Debêntures	20	75.557	579.810	-	-	655.367

	Vencimentos					Consolidado
	Nota	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total Geral
	Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	19	16.352	-	-	-	16.352
Debêntures	20	205.458	717.753	299.092	152.824	1.375.127
Partes relacionadas	22	20.909	-	-	-	20.909
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	38.635	-	-	-	38.635
Passivo de arrendamento		300	-	-	-	300
Outras contas a pagar		-	946	-	-	946
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	19	11.647	-	-	-	11.647
Debêntures	20	233.471	911.376	331.322	310.115	1.786.284
Partes relacionadas	22	16.329	-	-	-	16.329
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	41.890	-	-	-	41.890
Passivo de arrendamento		288	863	-	-	1.151
Outras contas a pagar		-	532	-	-	532

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total das debêntures	20	379.737	470.007	1.029.769	1.182.631
(-) caixa e equivalente de caixa	8	(31.382)	(629)	(108.381)	(84.537)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	-	(9.990)
Dívida líquida		348.355	469.378	921.388	1.088.104
Total do patrimônio líquido	25	276.339	348.315	345.093	395.823
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		624.694	817.693	1.266.481	1.483.927

	56%	57%	73%	73%
Índice de alavancagem financeira - %				

Os detalhes sobre as cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) das controladas estão detalhadas na nota explicativa 20.

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas do Grupo participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, às usinas do Grupo participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação às usinas do Grupo, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua garantia física a elas atribuídas o que pode ocasionar a redução de suas garantias físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia do Grupo no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que o Grupo terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário.
3. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4 Ativo mensurado ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	8	31.382	629	108.381	84.537
Contas a receber	9	-	-	35.606	32.541
Ativos financeiros	15	-	-	20.044	19.147
Partes relacionadas	22	15.854	13.444	-	-
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	-	9.990
Outras contas a receber	13	-	7	12.104	11.253
Ao custo amortizado		47.236	14.080	176.135	157.468

Passivos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	20	379.737	470.007	1.029.769	1.182.631
Partes relacionadas	22	-	-	20.909	16.329
Fornecedores	19	3.306	163	16.352	11.647
Provisão Liminar garantia Física, GSF e penalidade de lastro de energia	23	-	-	38.635	41.890
Passivo de Arrendamento		-	-	300	1.151
Outras contas a pagar				946	532
Ao custo amortizado		383.043	470.170	1.106.911	1.254.180

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em 31 dezembro de 2023 e de 2022, a administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

7. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recursos em banco e em caixa	18	10	1.041	659
Recursos em aplicações financeiras	31.364	619	107.340	83.878
	31.382	629	108.381	84.537

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de média de 101,50% CDI , em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022).

9. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de PECLD e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contas a receber é de R\$ 35.606 (R\$ 32.541 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	34.482	32.165
Vencidos de 1 a 30 dias	800	-
Vencidos de 31 a 90 dias	280	376
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	44	-
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	35.606	32.541

10. ESTOQUE

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção das usinas ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo de estoques é de R\$ 637.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte (“IRRF”), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”) e imposto de renda (“IR”) e contribuição social (“CSLL”).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
IRRF	108	429	4.439	1.220
COFINS e PIS a recuperar	-	-	150	187
IRPJ e CSLL	470	-	799	1.432
INSS a compensar	-	-	-	26
Outros (i)	-	3	182	187
	578	432	5.570	3.052
Não Circulante				
IRRF	-	-	-	3.309
IRPJ e CSLL	-	-	1.166	3.127
	-	-	1.166	6.436
	578	432	6.736	9.488

(i) O saldo refere-se substancialmente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL retidos na fonte.

12. DESPESAS ANTECIPADAS

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear, das licenças ambientais e de software, assim como, da repactuação do risco hidrológica para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Repactuação do risco hidrológico (i)	276	276
Seguros	3.199	23
Licença ambiental	116	116
	3.591	415
Não circulante		
Repactuação do risco hidrológico (i)	2.018	2.295
	2.018	2.295
	5.609	2.710

- (i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Adiantamento a funcionários	-	-	78	19
Adiantamento a fornecedores	-	-	484	960
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	7	889	1.344
Outros	-	-	670	-
	-	7	2.121	2.323
Não circulante				
Neoenergia S.A. (i)	-	-	9.595	8.902
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	-	-	28
Outros	-	-	388	-
	-	-	9.983	8.930
Total	-	7	12.104	11.253

- (i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos à gestão da Neoenergia S.A.

14. DEPÓSITOS VINCULADOS A DEBÊNTURES

Não há saldo referente a 31 de dezembro de 2023, os quais foram utilizados durante o exercício para amortização parcial das debêntures (R\$ 9.990 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia deverá recompor o saldo da Conta de depósitos vinculados a debêntures até 31 de dezembro de 2024, no montante mínimo de R\$ 4.500.

15. ATIVOS FINANCEIROS

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica, celebrado entre a controlada indireta Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela Aneel através da Resolução Normativa nº 167 de 10 de outubro de 2005, com reajustes efetuados anualmente.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração da Afluente G, entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um ativo intangível (vide nota explicativa nº 18) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

O saldo referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$20.044 (R\$19.147 em 31 de dezembro de 2022).

16. INVESTIMENTO

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

O valor justo é oriundo da aquisição da controlada Essentia PCHs S.A, ocorrida no período findo em 30 de junho de 2022. O referido valor foi baseado no preço acordado no contrato de compra e venda das Companhias e sua realização é reconhecida com base no prazo de autorização e/ou concessão dos ativos identificados à época da compra.

(a) Combinação de negócios

Reconhecimento

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelas Companhias e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“*goodwill*”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

(b) Movimentação do investimento

	Essentia PCHs S.A.
Participação acionária	84%
Em 01 de janeiro de 2022	-
Aquisição	796.055
Equivalência patrimonial	21.362
Dividendos mínimos obrigatórios	(13.445)
31 de dezembro de 2022	803.972
Participação acionária	68%
Em 01 de janeiro de 2023	803.972
Equivalência patrimonial	68.462
Cisão parcial (i)	(150.567)
Ajuste preço de aquisição (ii)	4.356
Dividendos distribuídos	(41.994)
Redução de capital	(4.760)
Contrato de autorização (iii)	(52.031)
Dividendos mínimos obrigatórios	(15.854)
31 de dezembro de 2023	611.584

- (i) Cisão parcial realizada em 15 de maio de 2023, conforme nota explicativa nº 1.1.
(ii) Valores referente ao reembolso de impostos restituídos previstos no contrato de compra e venda conforme nota explicativa nº 1 (a).
(iii) Amortização do valor justo gerado na aquisição da Essentia PCHs S.A.

Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada diretas e das controladas indiretas:

Controlada direta:

Essentia PCHs	31/12/2023	31/12/2022
Balanco Patrimonial resumido		
Participação acionária	31,8%	16%
Ativo circulante	128.387	101.329
Ativo não circulante	581.542	646.394
Passivo circulante	86.147	70.456
Passivo não circulante	500.073	565.835
Patrimônio líquido	123.709	111.432
Demonstração de resultado resumida		
Receita líquida de vendas	-	-
Lucro bruto	-	-
Lucro líquido	92.984	64.022

Controladas indiretas:

Em 31 de dezembro de 2023	Galheiros	Santa Cruz	Afluyente G	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I
Balanco Patrimonial resumido						
Participação acionária (Indireta)	68,2%	68,2%	68,2%	68,2%	48%	68,2%
Ativo circulante	4.439	20.287	11.190	16.553	11.523	12.183
Ativo não circulante	76.965	138.022	42.335	249.105	188.564	178.149
Passivo circulante	3.809	71.564	17.841	12.995	60.092	17.925
Passivo não circulante	-	103.552	6.271	4.631	41.949	198
Patrimônio líquido	77.595	(16.807)	29.413	248.032	98.046	172.209
Demonstração de resultado resumida						
Receita líquida de vendas	17.341	56.826	52.967	64.677	62.291	72.376
Lucro bruto	7.824	39.263	34.274	33.448	41.107	53.595
Lucro líquido	7.740	22.331	33.473	31.396	28.877	51.984
Em 31 de dezembro de 2022						
Balanco Patrimonial resumido						
Participação acionária (Indireta)	84%	84%	84%	84%	59%	84%
Ativo circulante	23.570	41.243	45.673	52.198	44.304	58.994
Ativo não circulante	80.619	152.813	43.323	256.994	193.641	184.041
Passivo circulante	11.311	103.405	39.929	55.058	86.309	47.629
Passivo não circulante	-	129.789	6.863	4.394	52.707	550
Patrimônio líquido	92.878	(39.138)	42.204	249.740	98.929	194.856
Demonstração de resultado resumida						
Receita líquida de vendas	15.951	53.165	50.411	58.299	56.264	67.841
Lucro bruto	6.605	33.523	31.318	25.694	33.135	46.364
Lucro líquido	6.438	7.270	30.991	22.874	19.172	44.159

16.1 Transações com não controladores

Em 30 de junho de 2022 a Companhia adquiriu 84% da Essentia PCHs S.A., e a Infraestrutura Brasil XIX S.A. adquiriu os 16% restantes, no montante total de R\$ 151.629.

Entre os meses de julho de 2022 e dezembro de 2022 o resultado atribuído a Infraestrutura Brasil XIX S.A. como minoritário foi de R\$ 4.068 e R\$ 23.167 em 2023.

A investida indireta da Companhia, a Rio PCHs S.A. possui minoritários na proporção de 30% e o resultado atribuído a eles é R\$ 8.663 3m 2023 (R\$ 2.635 entre julho de 2022 e dezembro de 2022)

17. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

	Consolidado							
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Provisão de desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativos de co geração	Total
Em 01 de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	-	-	-	74	-	-	-	74
Adição por aquisição de investida (i)	376	28.883	291.141	266.647	1.812	93.827	-	682.686
Depreciação	-	-	(1.995)	(8.354)	-	(1.777)	-	(12.126)
Transferência	-	-	-	-	-	(156)	-	(156)
Saldo contábil, líquido	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Custo	376	28.883	433.557	504.244	10.347	109.013	160.394	1.246.814
Depreciação acumulada	-	-	(144.411)	(245.877)	(8.535)	(17.119)	(160.394)	(576.336)
Em 31 de dezembro de 2022	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Em 01 de janeiro de 2023	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Adição	6.668	-	-	51	-	100	-	6.819
Depreciação	-	-	(4.032)	(13.639)	-	(3.569)	-	(21.240)
Transferência (ii)	3.838	-	(109)	852	(1.812)	130	-	2.899
Saldo contábil, líquido	10.882	28.883	285.005	245.631	-	88.555	-	658.956
Custo	10.882	28.883	391.693	414.959	-	126.824	160.394	1.133.635
Depreciação acumulada	-	-	(106.688)	(169.328)	-	(38.269)	(160.394)	(474.679)
Em 31 de dezembro de 2023	10.882	28.883	285.005	245.631	-	88.555	-	658.956

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).

(ii) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado.

18. INTANGÍVEL

Política contábil

(a) Direito de autorização

Direito de autorização registrados nas controladas indiretas oriundos da repactuação da extensão do prazo de outorga ocorrido em 2021 e ativos identificados quando da aquisição das controladas indiretas pela Essentia PCHs (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I). Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.

(b) Direito de uso de concessão

Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica, mediante a exploração da PCH Afluente G, pelos prazos estabelecidos na outorga.

O Grupo reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Afluente G poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Consolidado				
	Direito da autorização	Direito de concessão (i)	Servidões	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2022	-	-	-	-	-
Adição (ii)	710.369	-	-	-	710.369
Adição por aquisição de investida (iii)	98.315	19.263	-	1.243	118.821
Amortização	(5.927)	(2.159)	-	(435)	(8.521)
Transferência	2.345	(332)	-	158	2.171
Saldo contábil, líquido	805.102	16.772	-	966	822.840
Custo	857.725	32.024	-	4.888	894.637
Amortização acumulada	(52.623)	(15.252)	-	(3.922)	(71.797)
Em 31 de dezembro de 2022	805.102	16.772	-	966	822.840
Em 01 de janeiro de 2023	805.102	16.772	-	966	822.840
Adição (iv)	-	1.643	-	46	1.689
Cisão(v)	(135.308)	-	-	-	(135.308)
Ajuste ágio aquisição	4.163	-	-	-	4.163
Amortização	(65.203)	(3.277)	(23)	(133)	(68.636)
Transferência (vi)	(3.853)	501	574	(121)	(2.899)
Saldo contábil, líquido	604.901	15.639	551	758	621.849
Custo	721.371	34.168	692	6.056	762.287
Amortização acumulada	(116.470)	(18.529)	(141)	(5.298)	(140.438)
Em 31 de dezembro de 2023	604.901	15.639	551	758	621.849

- (i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como (Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 15).
- (ii) Valor justo dos ativos intangíveis de contrato de autorização oriundos da combinação de negócio ocorrida em 30 de junho de 2022, descrita na nota explicativa nº 1(a).
- (iii) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa nº 1 (a).
- (iv) Referem-se em quase toda sua totalidade a obras e edificações em andamento na controlada indireta Afluente G.
- (v) Parcela cindida do valor de ágio alocado no consolidado como direito de autorização.
- (vi) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado.

19. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	3.306	163	12.055	7.437
Compra de energia	-	-	4.095	3.965
Custo de transmissão	-	-	202	237
Taxa de fiscalização Aneel	-	-	-	8
	3.306	163	16.352	11.647

20 DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Debêntures	27.853	36.841	122.648	119.053
(-) Custo de colocação debêntures	(2.467)	(2.549)	(5.676)	(2.549)
	25.386	34.292	116.972	116.504
Não circulante				
Debêntures	356.399	440.000	930.148	1.091.825
(-) Custo de colocação debêntures	(2.048)	(4.285)	(17.351)	(25.698)
	354.351	435.715	912.797	1.066.127
Total debêntures	379.737	470.007	1.029.769	1.182.631

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	1ª emissão Debêntures	440.000	28/06/2022	CDI + 3,05% a.a.	Bullet	Anual	28/06/2025	(i) cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada (ii) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia	384.252	476.841	384.252	476.840
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Bullet	Bullet	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia, (ii) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis da Companhia, (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras, e (iv) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis das Fiadoras			563.019	600.147
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série - R\$ 57.000	15/06/2013	IPCA + 8.80% a.a.	Anual	Anual	1ª Série - 15/06/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.			105.524	133.891
		2ª Série - R\$ 38.000					2ª Série - 15/09/2026					
		3ª Série - R\$ 41.000					3ª Série - 15/12/2026					
		4ª Série - R\$ 39.000					4ª Série - 15/03/2027					
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(4.515)	(6.834)	(23.026)	(28.247)
									379.737	470.007	1.029.769	1.182.631

Movimentação de Debêntures

							Controladora
	Natureza		Passivo circulante	Natureza		Passivo não circulante	Total Geral
	Debêntures	(-) Custo de Colocação Debêntures	Total	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total	Total Geral
Movimentação							
Saldo em 01/01/2022	-	-	-	-	-	-	-
Ingresso	-	(2.322)	(2.322)	440.000	(5.820)	434.180	431.858
Provisão de juros	36.840	-	36.840	-	-	-	36.840
Amortização de custos de emissão de dívida	-	1.309	1.309	-	-	-	1.309
Liquidação do principal	-	-	-	-	-	-	-
Liquidação dos encargos	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	(1.535)	(1.535)	-	1.535	1.535	-
Saldo em 31/12/2022	36.840	(2.548)	34.292	440.000	(4.285)	435.715	470.007
Ingresso	96.300	-	96.300	-	-	-	96.300
Provisão de juros	64.201	-	64.201	-	-	-	64.201
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.549	2.549	-	-	-	2.549
Liquidação do principal	(83.810)	-	(83.810)	-	-	-	(83.810)
Liquidação dos encargos	(72.919)	-	(72.919)	-	-	-	(72.919)
Transferência	83.602	(2.468)	81.134	(83.601)	2.237	(81.364)	(230)
Cisão (i)	(96.361)	-	(96.361)	-	-	-	(96.361)
Saldo em 31/12/2023	27.853	(2.467)	25.386	356.399	(2.048)	354.351	379.737

(i) Cisão parcial realizada em 15 de maio de 2023, conforme NE 1.1.

Movimentação	Consolidado						
	Passivo circulante			Passivo não circulante			
	Natureza	(-) Custo de Colocação		Natureza	(-) Custo de colocação		
	Debêntures	Debêntures	Total	Debêntures	debêntures	Total	
						Total Geral	
Saldo em 01/01/2022	-	-	-	-	-	-	-
Ingresso		(2.323)	(2.323)	440.000	(5.819)	434.181	431.858
Ingresso por aquisição investida (i)	78.835	-	78.835	687.127	(22.380)	664.747	743.582
Provisão de juros	88.232	-	88.232	-	-	-	88.232
Amortização de custos de emissão de dívida	-	1.308	1.308	-	966	966	2.274
Atualização monetária	1.316	-	1.316	(624)	-	(624)	692
Liquidação do principal	(33.269)	-	(33.269)	-	-	-	(33.269)
Liquidação dos encargos	(50.738)	-	(50.738)	-	-	-	(50.738)
Transferência	34.676	(1.533)	33.143	(34.676)	1.533	(33.143)	-
Saldo em 31/12/2022	119.052	(2.548)	116.504	1.091.827	(25.700)	1.066.127	1.182.632
Ingresso	96.300	-	96.300	-	-	-	96.300
Provisão de juros	158.439	-	158.439	-	-	-	158.439
Amortização de custos de emissão de dívida	-	5.452	5.452	-	-	-	5.452
Atualização monetária	5.835	-	5.835	-	-	-	5.835
Liquidação do principal	(151.234)	-	(151.234)	-	-	-	(151.234)
Liquidação dos encargos	(171.065)	-	(171.065)	-	-	-	(171.065)
Transferência	161.682	(8.580)	153.102	(161.679)	8.349	(153.330)	(228)
Cisão (ii)	(96.361)	-	(96.361)	-	-	-	(96.361)
Saldo em 31/12/2023	122.648	(5.676)	116.972	930.148	(17.351)	912.797	1.029.769

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a)

(ii) Cisão parcial realizada em 15 de maio de 2023, conforme NE 1.1.

Debêntures emitidas por:

- A controlada indireta Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205
- Em 15 de outubro de 2021, a controlada direta Essentia PCHs realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.
- A Companhia realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento final em 28 de junho de 2025 e montante total de R\$ 440.000. Os juros são devidos todo dia 28 do mês de junho de cada ano, e a amortização de principal se dá somente no vencimento. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Em 16 de maio de 2023 foi realizada a amortização extraordinária das debêntures, no valor total de R\$96.220.
- A Companhia realizou em 12 de maio de 2023 a sua 2ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 01 de julho de 2025, montante total de R\$ 96.301 e remuneração pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2023, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XXII.

Condições restritivas financeiras ("covenants")

As debêntures emitidas pelas controladas contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas.

A controlada direta Essentia PCHs está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Santa Cruz estão obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/(EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Administração possui controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados descumprimentos de covenants.

Composição por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
2023	-	36.841	-	119.052
2024	27.853	-	122.648	76.540
2025	356.399	440.000	450.767	535.686
2026	-	-	110.516	111.707
2027	-	-	107.469	106.705
2028	-	-	121.313	121.313
2029	-	-	140.083	139.875
	384.252	476.841	1.052.796	1.210.878

21. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	-	3.962	2.856
ICMS a pagar	-	-	28	27
ISS a pagar	-	-	55	60
PIS e COFINS a pagar	16	-	2.453	1.201
Salários, provisões e encargos sociais	-	-	2.044	1.559
Outros	-	-	267	169
	16	-	8.809	5.872

22. PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
Empresas	Natureza	Ativo circulante	Ativo circulante
Essentia PCHs S.A.	Dividendos	15.854	13.444
		15.854	13.444
Total		15.854	13.444

		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Empresas	Natureza	Passivo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Reembolso	-	729
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A	Reembolso	-	1.285
		-	2.014
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A	Dividendos a pagar	7.393	2.560
PCH Administração e Participações	Dividendos a pagar	13.516	11.755
		20.909	14.315
Total		20.909	16.329

		Consolidado		
		Passivo Circulante		
Movimentação		Dividendos		
		Custo compartilhado	a pagar	Total
Saldo em 01/01/2022		-	-	-
Ingresso		2.014	3.920	5.934
Ingresso por aquisição investida			11.489	11.489
Liquidação		-	(1.094)	(1.094)
Saldo em 31/12/2022		2.014	14.315	16.329
Ingresso		-	22.012	22.012
Liquidação		(2.014)	(15.418)	(17.432)
Saldo em 31/12/2023		-	20.909	20.909

Empresas	Natureza	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
		Resultado	Resultado
Essentia PCHs	Despesa de custo compartilhado	(3.836)	-
Infraestrutura Brasil Holding I	Reembolso (i)	(86)	(729)
Infraestrutura Brasil Holding IV	Reembolso (i)	(86)	(1.285)
		(4.008)	(2.014)
Contour Global Solar Holdings	Variação cambial	-	12
		-	12
Total das despesas		(4.008)	(2.002)

(i) Reembolsos relativos a gastos e a pagamentos realizados pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. em nome da Essentia PCHs durante o período de transição.

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 1.880 (R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2022).

23. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA E PENALIDADE DE LASTRO DE ENERGIA

Circulante	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	38.635	41.890
	38.635	41.890

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

24. PROVISÃO PARA RISCOS

Política contábil

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária e regulatória movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros.

a) Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	6.118	6.214
Cíveis	3.747	3.566
Tributárias	871	-
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	(99)	(99)
(-) Depósitos judiciais - Cível	(1.042)	(1.042)
	<u>9.595</u>	<u>8.639</u>

b) Movimentação da provisão para riscos prováveis

Movimentação	Consolidado					Total
	Natureza					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	250	-	-	-	250
Adição por aquisição de investida (i)	6.701	3.292	848	(99)	(1.034)	9.708
(-) Reversões	(798)	(20)	(854)	-	-	(1.672)
Atualização monetária	311	44	6	-	(8)	353
Saldo em 31/12/2022	6.214	3.566	-	(99)	(1.042)	8.639
Constituição	129	25	871	-	-	1.025
(-) Pagamentos	-	(250)	-	-	-	(250)
(-) Reversões	(1.087)	-	-	-	-	(1.087)
Atualização monetária	862	406	-	-	-	1.268
Saldo em 31/12/2023	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a)

c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado				
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	-	14.482	14.482
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	7.877	7.877
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.651	-	2.471	-	6.122
Rio PCH I S.A.	52.186	689	90	120	53.085
Bahia PCH I S.A.	32.288	23	337	167	32.815
Essentia PCHs S.A.	-	276	-	2.529	2.805
Saldo em 31/12/2022	94.630	1.456	3.044	27.755	126.885
Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	-	13.640	13.640
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	8.333	8.333
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	6.835	-	-	-	6.835
Rio PCH I S.A.	14.636	780	-	129	15.545
Bahia PCH I S.A.	4.272	-	369	182	4.823
Essentia PCHs S.A.	-	128	-	2.537	2.665
Saldo em 31/12/2023	25.743	908	369	24.821	51.841

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

- (i) **Trabalhistas:** Reclamações Trabalhistas que tem por principais matérias: retificação de perfil profissiográfico, indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais e participação nos lucros.
- (ii) **Tributárias:** processos judiciais e administrativos, que tem como matéria mais relevante, diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias.
- (iii) **Ambientais:**

- Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de Ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação;

- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;

- 2 ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.”

(iv) Cíveis: Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

Principais movimentações:

Na Controlada Rio PCH I S.A, foi constatada a existência de prescrição intercorrente de auto de infração ambiental, no valor aproximado de R\$ 42.000.

Na Controlada Bahia PCH I S.A, foi arquivado um processo de auto de infração ambiental no montante aproximado de R\$32.000 em razão do reconhecimento de prescrição intercorrente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	100%	984.794.264	342.564	100%	1.060.000.400	364.600
	100%	984.794.264	342.564	100%	1.060.000.400	364.600

Em 15 de maio de 2023 por meio da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia em decorrência da Cisão Parcial da Companhia conforme NE 1.1, no montante de R\$ 75.206. Desse modo, o capital social da Companhia passa de R\$ 1.060.000 para R\$ 984.794.

No exercício de 2023, a Companhia realizou a integralização de capital no montante total de R\$ 53.170, sendo R\$ 170 no dia 06 de fevereiro de 2023 e R\$ 53.000 em 27 de junho de 2023.

(b) Prejuízo diluído por lote de mil ações

Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(49.940)	(16.285)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	905.158	560.494
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações	(0,0552)	(0,0291)

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos de concessão e pesquisa e desenvolvimento P&D. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia hidroelétrica de longo prazo com duração média de 30 anos, firmados com distribuidoras de energia, além de contratos de fornecimento de energia elétrica e vapor, provenientes de plantas de cogeração, cujas condições foram acordadas livremente com indústrias diversas também no longo prazo com duração média 20 anos, sujeitos a renovação.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		
Receita com energia	340.768	162.337
(-) Impostos sobre vendas	(12.194)	(5.969)
(-) Encargos sobre concessão	(1.582)	(1.362)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(513)	(181)
	326.479	154.825

27. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	41.842	27.889
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	7.893	4.087
Custo de operação (b)	60.446	35.109
	110.182	67.085

(a) Venda de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda (i)	36.831	35.422
Custo de liquidação CCEE	5.011	7.565
	41.842	42.987

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física das Companhias Santa Cruz, Galheiros, Afluyente G, Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I.

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	6.482	3.884
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	16.399	10.752
Depreciações e amortizações - direito de uso	357	65
Depreciações e amortizações	37.208	20.408
	60.446	35.109

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	1.020	887
Outras despesas (receitas) operacionais	(391)	2
Depreciações e amortizações	52.031	-
	52.660	889

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	4.935	2.004
Aluguéis	(22)	2
Seguros	3.856	2.187
Despesas tributárias	35	667
Outras despesas (receitas) operacionais	(29)	(778)
Depreciações e amortizações	52.668	313
Despesas compartilhadas	4.008	2.014
	65.451	6.409

29. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais taxas, tarifas e multas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	(64.201)	(36.840)	(158.439)	(89.540)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(2.549)	(1.308)	(5.452)	(966)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(5.835)	(692)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia (i)	-	-	1.935	-
Atualização financeira direito de uso	-	-	(37)	-
Outras despesas financeiras	(15)	(513)	(1.168)	(1.323)
	<u>(66.765)</u>	<u>(38.661)</u>	<u>(168.996)</u>	<u>(92.521)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(66.765)</u>	<u>(38.661)</u>	<u>(168.996)</u>	<u>(92.521)</u>
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	891	1.903	11.967	7.296
Variação cambial	-	-	-	(12)
Atualização ativo financeiro	-	-	897	80
Outras receitas	132	-	1.635	510
	<u>1.023</u>	<u>1.903</u>	<u>14.499</u>	<u>7.874</u>
Total das receitas financeiras	<u>1.023</u>	<u>1.903</u>	<u>14.499</u>	<u>7.874</u>
Resultado financeiro	<u>(65.742)</u>	<u>(36.758)</u>	<u>(154.497)</u>	<u>(84.647)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu a atualização monetária referente a penalidade de lastro de energia.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo contábil antes dos impostos	(49.940)	(16.285)	(3.651)	(3.315)
Aliquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	16.980	5.537	1.241	1.127
Despesas permanentes não dedutíveis	-	-	-	(305)
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(40.257)	(12.800)	(40.257)	(27.063)
Resultado de equivalência patrimonial	23.277	7.263	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	25.911	19.975
Encargo fiscal	-	-	(13.105)	(6.266)
Corrente	-	-	(13.105)	(6.266)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(13.105)	(6.266)
Alíquota efetiva (Total/Lucro)	-	-	359%	189%

Em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R\$ 40.257 pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

31. COMPROMISSOS

	Consolidado		
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Contrato de compra de energia (i)	31.488	81.423	-
	31.488	81.423	-
			112.911

(i) Contrato de compra de energia

Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela redução da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

32. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes no montante de R\$ 1.405.567, (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 60.000 também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29/02/2024, a Companhia publicou edital de convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debêntures da IBH XVII, com o intuito de aprovação dos seguintes pleitos: (i) permissão para emissão de debêntures privadas, não conversíveis e subordinadas, (ii) o capital social da Emissora seja reduzido parcialmente e (iii) redução proporcional do valor das garantias.

* * *